

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.624.822 - MG (2016/0236633-8)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **PAULO FURTADO DA SILVA**  
**RECORRENTE** : **PAULO INACIO SOBRINHO**  
**RECORRENTE** : **PAULO ROBERTO PIMENTA**  
**RECORRENTE** : **PEDRO FELIPE SANTIAGO FILHO**  
**RECORRENTE** : **PIEIDADE MARIA TAVARES BOSCHI**  
**ADVOGADOS** : **MARCELO AROEIRA BRAGA E OUTRO(S) - MG043275**  
                  **MARIA DA CONCEIÇÃO CARREIRA ALVIM - MG042579**  
                  **ALESSANDRO HENRIQUE SOARES CASTELO BRANCO -**  
                  **MG076715**  
**RECORRIDO** : **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

## **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto por PAULO FURTADO DA SILVA, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. BASE DE CÁLCULO. IMPOSSIBILIDADE DA INCLUSÃO DE VANTAGEM. DECADÊNCIA. LEI Nº. 9.784/99, ART. 54. INCORRÊNCIA.

1. A Gratificação de Atividade Executiva - GAE, instituída pela Lei Delegada nº. 13/92, é calculada, exclusivamente, sobre o vencimento básico do servidor, nos termos do disposto no art. 1º do referido diploma legal.
2. A parcela denominada Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável - VPNI, não compõe, portanto, a base de cálculo da aludida gratificação, conforme pacífica jurisprudência deste Tribunal.
3. Apelação desprovida" (fl. 208e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 211/212e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO JULGADO EMBARGADO - PRETENSÃO DE PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA DISCUTIDA E DE MODIFICAÇÃO DO DESLINDE DADO AO MÉRITO DA CONTROVÉRSIA - ANÁLISE, ISOLADAMENTE, DE TODOS OS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

# Superior Tribunal de Justiça

INVOCADOS PELAS PARTES NO DEBATE SUSCITADO NOS AUTOS E REFUTAÇÃO, UM A UM, A TODOS OS ARGUMENTOS DEDUZIDOS NA DISCUSSÃO DA CAUSA - DESNECESSIDADE - REJEIÇÃO DOS EMBARGOS.

1 - O prequestionamento, por meio de embargos declaratórios, com vistas à interposição de recurso extraordinário e/ou recurso especial, somente é cabível quando configuradas omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada.

2 - O juiz não está obrigado a mencionar e a analisar, isoladamente, todos os dispositivos constitucionais e legais invocados pelas partes no debate suscitado nos autos, nem, tampouco, a refutar, um a um, todos os argumentos deduzidos na discussão da causa, mas, apenas, a resolvê-la de acordo com seu convencimento.

3 - Os Embargos de Declaração não são o remédio processual adequado à correção de erro de mérito em julgado.

4 - Inexistindo no acórdão omissão, obscuridade ou contradição, rejeitam-se os Embargos de Declaração que lhe foram opostos.

5 - Omissão, obscuridade e contradição inexistentes.

6 - Embargos de Declaração rejeitados" (fl. 236e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 535, I e II, do CPC/73, 2º, parágrafo único, XIII, 54 da Lei 9.784/99 e 7º, §6º, da Lei 8.270/91, sustentando a nulidade do acórdão recorrido por omissão e, no mérito, o seguinte:

"Nos termos do art. 5º, LIV da Constituição Federal, ninguém poderá ser privado da sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Trata-se de conquista da cidadania que retrocede à Carta do Rei João Sem Terra, de 1215.

Em face dessa garantia constitucional, qualquer manifestação do TCU que potencialmente possa interferir na esfera jurídica de terceiros impõe a observância do devido processo legal no âmbito daquela Corte de Contas, pautado pelo contraditório e pela ampla defesa, sob pena de nulidade da decisão. Nesse sentido:

(...)

À UFMG confessa que formulou consulta interna quanto à matéria, considerando, entre outros elementos, que até então todas as contas dos Reitores da UFMG haviam sido aprovadas pelo TCU sem qualquer ressalva relativa à incidência da GAE sobre a VPNI. Trata-se de fato incontroverso, desconsiderado pelo Tribunal *a quo*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Dos elementos dos autos se extrai os fatos aqui relatados já foram alvo de diversas inspeções por parte da Ciset/MEC, do próprio MARE e do Tribunal de Contas da União, sem que tivesse sido provada qualquer irregularidade nesses pagamentos.

Portanto, durante todos esses anos o TCU compreendeu ser legítima a forma de pagamento dos vencimentos/proventos/pensões pela UFMG. Assim, do o art. 54 da Lei 9.784/1999 (ainda que cotejado com o art. 71 da Constituição Federal), a única conclusão lógica possível é no sentido de que o TCU, na apreciação das contas anuais dos gestores públicos, ou dos atos de registro de aposentadoria, somente poderá apontar irregularidade de ato administrativo, determinando sua revisão, se esta ocorreu há menos de 5 (cinco) anos, salvo comprovada má-fé, o que não é o caso dos autos. Não fosse assim, repita-se que durante toda a sua vida funcional o servidor público jamais teria segurança jurídica, o que é absolutamente contrário à noção elementar de Estado Democrático de Direito.

Ainda que o princípio da segurança jurídica realmente não seja absoluto, ele tem seus contornos definidos, todos eles ultrapassados no presente caso, como fartamente demonstrado nos autos. Houve aplicação retroativa de nova interpretação de lei, tanto pela UFMG quanto pelo TCU. Não houve processo administrativo regular. A revisão ocorreu muito após ter expirado o prazo decadencial.

Por ser a decadência expressão do princípio da segurança jurídica, evidentemente que o art. 54 da Lei 9.784/1999, que restou violado, apenas positivou entendimento há muito admitido pela doutrina e pela jurisprudência.

(...)

Portanto, no plano da legislação federal, que interessa imediatamente ao julgamento deste recurso especial, estamos diante de violação direta a texto de lei federal, autorizando a interposição deste recurso pela alínea 'a' do inciso III do art. 105 da CF.

É latente a contradição do Tribunal a quo, pois no r. acórdão chegou-se a ressaltar que a jurisprudência desse C. STJ foi pacificada no sentido de que a regra do art. 54 da Lei 9.784/99 aplica-se a partir da sua edição.

Desvirtuando o entendimento desse C. STJ, o r. acórdão ora recorrido, reportando-se a precedentes do próprio TRF1, concluiu: tendo sido a GAE implantada em 1992, data da edição da LD 13/92 que instituiu, conforme relata a Autora na inicial, os efeitos da Lei n. 9.784/99 não alcançam o poder de a Administração rever dito ato. Entretanto, não é esse o entendimento dessa Corte, como se infere do

# *Superior Tribunal de Justiça*

seguinte julgado:

(...)

A tese exposta no r. acórdão recorrido implica a conclusão absurda de que todos os atos anteriores à Lei 9.784/99 não seriam passíveis de sofrer os efeitos da decadência, o que vai de encontro ao princípio da segurança jurídica.

O que esse C. Tribunal decidiu em, alguns julgados, tendo por paradigma o MS 9.112/DF, é que o prazo decadencial computa-se a partir da vigência da Lei 9.784/99, e não que ele não se aplicaria a atos pretéritos, como se infere da decisão supra, no RESP 548526.

Ad argumentandum, ainda que fosse admitida a tese de que antes da Lei 9.784/1999 não havia prazo para a Administração rever seus atos, nota-se que referida Lei é de 29 de janeiro de 1999. Portanto, a possibilidade de revisão de todos os atos anteriores a ela foi fulminada, pela decadência, em 28 de janeiro de 2004. Somente em outubro de 2006 os substituídos foram cientificados de que sofreriam, ilegalmente, como foi demonstrado nestes autos, corte substancial de seus vencimentos ou proventos.

Portanto, quando adotada a providência já havia expirado o prazo decadencial.

Reafirma-se que nesse ponto o acórdão recorrido é até mesmo contraditório, pois cita precedentes (AC 20013400011167-1/DF e AC 200134000272198/DF), nos quais se concluiu que não operou a decadência exatamente porque não fluiu o prazo de cinco anos contatos da edição da Lei 9.784/99.

Frisa-se que há reconhecimento de que durante mais de 15 (quinze) anos se reconheceu que a Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, assim distinguida nos contracheques dos substituídos por força do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, previsto na Lei 7.596/1987, e instituído pelo Decreto 94.664/87, tem natureza de vencimento, devendo sobre ela incidir a GAE.

Além disso, há confissão pela Administração de que a Lei 8.270/1991, aplicada juntamente com o princípio constitucional da isonomia, corroborou esse fato, pois seria inconstitucional tratar servidores em idêntica situação de forma discriminatória. É o que se infere do seguinte trecho da contestação:

(...)

Portanto, outra não poderia ser a conclusão senão no sentido de que a Lei 8.270/1991, aplicada juntamente com o princípio da isonomia, legitimou a tese corretamente adotada pela Administração Pública e

# *Superior Tribunal de Justiça*

pelo TCU, que aprovou as contas anuais da Universidade. É legal e legítimo o pagamento, na forma como vinha sendo efetuado. Por esse prisma o r. acórdão também viola o art. 7º, § 6º da referida Lei Federal.

O trecho acima transcrito demonstra que além do prazo decadencial para a Administração rever seus atos, positivado no art. 54 da Lei 9.784/1999, o r. acórdão também violou o art. 2º, parágrafo único, XIII, da mesma Lei.

O dispositivo assim prescreve:

(...)

Nesse diapasão, restando incontroverso nos autos que a Administração Pública Federal - incluída a Coordenação Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação de Normas do hoje denominado Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - adotou interpretação para a matéria favorável aos substituídos, que perdurou por praticamente 15 (quinze) anos, não poderia agora pretender aplicar, de forma retroativa, novo entendimento, a pretexto de cumprir determinação manifestamente ilegal do TCU, que também não questionou o critério de pagamento ao longo de todos esses anos.

A interpretação original, segundo o art. 7º, § 6º, da Lei 8.270/91, também violado, é não apenas plausível, mas a única possível, à luz do princípio constitucional da isonomia, já que servidores em idêntica situação, enquadrados no mesmo plano de carreira, não poderiam sofrer tratamento discriminatório, incidindo a GAE sobre a VPNI apenas para uma parcela.

Ou seja, os Recorrentes estão sendo vítimas de redução de vencimentos, em ofensa ao disposto no art. 37, XV, da Constituição Federal, o que também deixou de ser observado desde a r. sentença.

Embora confesse que somente a partir de 30/10/2006 o seu Departamento de Pessoal passou a notificar os servidores e pensionistas do corte sumário da vantagem, a UFMG pretende não apenas aplicar nova interpretação de lei, após mais de 15 (quinze) anos, de forma retroativa, como também que colocar o Tribunal de Contas a União acima da ordem jurídica, status equivalente ao dos monarcas, no Estado Absolutista" (fls. 247/252e).

Por fim, requer seja:

"(...) dado provimento a este recurso, para cassar o r. acórdão de julgamento dos embargos de declaração e determinar o retorno à origem, para a correta e completa apreciação da matéria.

# Superior Tribunal de Justiça

Se ultrapassada a preliminar, para reformar integralmente o r. acórdão proferido pelo juízo *a quo*, declarando a decadência, ou, no mérito, declarando a existência do direito, e condenando a recorrida a se abster de alterar os vencimentos/proventos dos impetrantes/recorrentes, por assim exigir o Direito e a verdadeira Justiça" (fl. 253e).

Sem contrarrazões (fl. 278e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 279/280e).

A irrisignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela parte ora recorrente, objetivando "a declaração da ilegalidade da redução da parcela correspondente à parcela originalmente denominada Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável, bem como que se determine aos Impetrados que se abstenham definitivamente de efetuar a redução dos seus proventos/vencimentos" (fl. 117e).

Julgada improcedente a demanda, recorreram os autores, restando mantida a sentença, pelo Tribunal local.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação ao art. 535, I e II, do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

Assim se pronunciou a Corte Regional acerca da controvérsia:

"Buscam os apelantes, na presente ação, compelir a UFMG a restabelecer a forma de apuração da Gratificação de Atividade Executiva - GAE, de modo que a vantagem pessoal originária do Decreto n. 94.664/87, continue a compor a base de cálculo da referida gratificação, tendo o Juízo de Primeiro Grau julgado improcedente o

# *Superior Tribunal de Justiça*

pedido.

Deve ser mantida a sentença.

A GAE foi criada pela Lei Delegada nº. 13/92, que preceitua, no art. 1º:

(...)

A respeito do vencimento básico, a Lei nº. 8.852, de 4 de fevereiro de 1994, dispondo sobre a aplicação do artigo 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, pelo seu artigo 1º, inciso I, alínea a, remeteu para o artigo 40 da Lei nº. 8.112/90 sua definição nos seguintes termos:

(...)

A mesma lei define como vencimentos a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes relativas ao cargo, emprego, posto ou graduação, ao passo que a remuneração é a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestes compreendidos os relativos à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62 da Lei nº. 8.112/90.

Portanto, ao fixar como base de cálculo para a Gratificação de Atividade Executiva o vencimento básico (ou provento básico), a Lei Delegada nº. 13/92 referiu-se à retribuição pecuniária, com valor fixado em lei, sem o acréscimo de qualquer outra vantagem.

A questão não é nova e já foi objeto de reiteradas decisões por este Tribunal.

Constitui, pois, jurisprudência pacífica nesta Corte que nenhuma vantagem pode compor a base de cálculo da Gratificação de Atividade Executiva, incidente apenas sobre o vencimento básico.

Nesse sentido, as seguintes ementas:

(...)

Também sem razão os apelantes no tocante à alegação de decadência do direito de revisão da Administração.

É pacífico o entendimento de que a decadência estipulada pelo art. 54 da Lei nº. 9.784/99, que impede a Administração de anular, após cinco anos, os atos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé, só passou a vigorar a partir da edição da referida lei, como se vê dos exemplos abaixo:

(...)

**Tendo sido a GAE implantada em 1992, data da edição da LD 13/92 que a instituiu, conforme relatam os apelantes na inicial, os efeitos da Lei n. 9.784/99 não alcançam o poder de a Administração rever o dito ato.**

# Superior Tribunal de Justiça

Assim, a manutenção da sentença não ofende os dispositivos legais e constitucionais que regulam a matéria.

Em face do exposto, nego provimento à apelação para manter a sentença recorrida.

É o voto" (fls. 204/206e).

Com efeito, é firme o entendimento desta Corte no sentido de que, caso o ato administrativo, acoimado de ilegalidade, tenha sido praticado antes da promulgação da Lei 9.784/99, a Administração tem o prazo decadencial de cinco anos, a contar da vigência do aludido diploma legal, para anulá-lo. Se o ato tido por ilegal tiver sido executado após a edição da mencionada Lei, o prazo quinquenal da Administração contar-se-á da sua prática, sob pena de decadência.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. SERVIDORES PÚBLICOS. SUPRESSÃO DE VALORES CONCEDIDOS NA ESFERA TRABALHISTA. POSSIBILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART.

1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes apresentadas com fundamentos suficientes, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade.

III - O recurso especial, interposto pela alínea a e/ou pela alínea c, do inciso III, do art. 105, da Constituição da República, não merece



# *Superior Tribunal de Justiça*

prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência dessa Corte, a teor da Súmula n. 83/STJ.

IV - É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual é possível a supressão de eventuais valores concedidos a título de horas-extras, na esfera trabalhista, quando da transposição para o regime estatutário, sem que isso implique ofensa à coisa julgada.

V - **No tocante à decadência administrativa, o acórdão recorrido adotou entendimento consolidado nesta Corte, segundo o qual o termo inicial para contagem do prazo decadencial de 5 anos, previsto no art. 54 da Lei n. 9.784/99, na hipótese de o ato ter sido praticado anteriormente, é a data da vigência dessa norma.**

VI - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VII - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art.

1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VIII - Agravo Interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.254.214/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 29/05/2019).

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDORES PÚBLICOS. HORAS EXTRAS INCORPORADAS EM DECORRÊNCIA DE DECISÕES JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO. REVISÃO. DECADÊNCIA CONFIGURADA.

AGRAVO REGIMENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE DESPROVIDO.

1. **A Administração Pública, ao buscar a alteração do parâmetro estabelecido para cálculo das horas extras, procurou corrigir ato administrativo próprio, anterior ao advento da Lei 9.784/1999, motivo pelo qual deve submeter-se ao prazo decadencial estabelecido no artigo 54 da referida Lei, contando-se como termo inicial para a contagem da decadência, sua entrada em vigor** (AgRg no REsp. 1.282.972/RN, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 15.2.2013).

2. Na espécie, o processo revisional iniciou-se em agosto 2008 (fls.

# Superior Tribunal de Justiça

89), motivo pelo qual deve ser reconhecida a decadência, nos termos do art. 54 da Lei 9.784/1999, já que o prazo para a Administração começou a correr em janeiro de 1999.

3. Agravo Regimental da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE desprovido" (STJ, AgRg no REsp 1.549.854/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/03/2019).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. QUINTOS INCORPORADOS. REVISÃO DE ATO ADMINISTRATIVO ANTERIOR À LEI N. 9.784/99. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL. DATA DA VIGÊNCIA DA NORMA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

SÚMULA 282/STJ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.

1. Quanto à suscitada ilegitimidade passiva, a recorrente não aponta, com clareza, qual o dispositivo legal violado, o que atrai a incidência da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

2. **O acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual o termo *a quo* da decadência administrativa é a data da entrada em vigor da Lei n. 9.784/99, quando ato considerado ilegal foi praticado antes da edição daquele normativo (no caso, em 1990 e 1991).**

3. Em relação ao argumento de que "persiste o direito de revisar a vantagem a partir de junho/2006, posto que dentro do quinquênio legal, quando referida vantagem sofreu novas atualizações indevidas, ou seja, Wilson Guedes Marinho R\$ 8.443,70, Francisco Ferreira de Paiva R\$ 9.093,21 e Paulo Luiz Carvalho Guimarães R\$ 9.093,21 (...)", a matéria não pode ser examinada no apelo especial, pois, além de não ter sido debatida na origem, demanda o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado nos termos das Súmulas 282/STF e 7/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no REsp 1.353.077/PB, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 04/02/2015).

No caso vertente, faz-se imperiosa a reforma do acórdão vergastado, porquanto, sendo incontroverso que o ato apontado como coator na ação mandamental, que

# *Superior Tribunal de Justiça*

importou no decréscimo de vencimentos em desfavor da parte ora recorrente, foi praticado em novembro de 2006, após o prazo decadencial de 5 anos iniciado em janeiro de 1999, tendo por configurada a decadência.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, a fim de reconhecer a decadência e, por conseguinte, conceder a segurança.

Custas **ex lege**.

Sem condenação em honorários de sucumbência, **ex vi** da Súmula 512/STF e art. 25 da Lei 12.016/2009.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora

